



IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: educação das relações étnico-raciais na educação infantil pública de Sinop-MT

Helenice Lucatelli da Costa*

Maria Ivonete de Souza**

Maria Luiza Troian***

RESUMO

O tema deste artigo foi sobre a implementação da Lei federal 10.639/03. Com o objetivo de verificar como vem se realizando a inserção dessa lei nos espaços da Educação Infantil do município de Sinop-MT. Para isto foi escolhido a Creche Jardim das Palmeiras. A pesquisa teve como sustentação metodológica entrevista com professores e observações com crianças de 01 a 05 anos, tendo como base o estudo de caso seguido da abordagem qualitativa. A análise das observações e entrevistas possibilitou perceber diferentes visões sobre a temática, percebendo algumas limitações referentes ao trabalho no contexto racial, a falta de conhecimento dos professores e a necessidade de oferta para formação continuada em relação à temática.

Palavras-chave: Educação. Educação Infantil. Lei 10.639/03. Professores. Estudo de caso.

1 INTRODUÇÃO

Desde fevereiro do ano de 2009, atuando como monitora na educação infantil do município de Sinop, tanto na pré-escola quanto na creche e por diversas vezes me deparei com situações de preconceito e discriminação que necessitavam da interferência do professor, principalmente por se tratar de crianças. Observei que, aparentemente, estes profissionais não

* Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia da UNEMAT, *campus* Universitário de Sinop-MT.

** Doutoranda pela UFRGS; concursada na área de Didática; pesquisadora nos Grupos: Educação e Diversidade no Contexto da Amazônia Legal Mato-grossense e MOPEC do *campus* Universitário de Sinop-MT.

*** Mestre em Ciências Sociais pela UNISINOS; Pedagoga da Escola Técnica Estadual de Sinop-MT e Professora do curso de pedagogia da UNEMAT, *campus* Universitário de Juara-MT, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Educação e Diversidade no Contexto da Amazônia Legal Mato-grossense, do *campus* universitário de Sinop-MT.

possuíam a formação necessária para lidar com estas situações. Estas observações me motivaram a pesquisar mais como os professores lidam com as situações de preconceito em sala de aula e como abordam a temática racial, e a formação recebida para tal.

Sendo assim a pesquisa propõe investigar no âmbito escolar a Lei federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura africana na educação escolar. Na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Sinop-MT, percebe-se iniciativas isoladas de alguns professores para a implementação da referida Lei. Portanto, somente iniciativas isoladas e a existência da Lei não garantem que as ações pedagógicas no espaço da Educação Infantil atuem no sentido de implementar a referida lei, é preciso maiores intervenções.

Para Freire (1997, p. 58), educar é como viver, exige a consciência do inacabado porque a ‘Historia em que me faço com os outros [...] é um tempo de possibilidades e não de determinismo’. Muitos desses professores encontram dificuldades em trabalhar esta temática, visto que, na sua formação escolar e social, para a maioria das pessoas, esta formação foi com base no preconceito racial, sem conhecer, valorizar e respeitar a cultura e identidade dos negros, e a verdadeira história dos negros na formação de nossas riquezas. Passou-se a ideia de que no Brasil não existia racismo e, portanto, não havia a necessidade de se trabalhar este assunto em sala de aula. O que levou a uma falha na nossa formação escolar, tanto no ensino fundamental, médio e superior. Podemos citar aqui que, atualmente na grade curricular dos cursos de licenciatura em Sinop, não trabalham a referida temática como uma disciplina do curso, deixando a cargo dos futuros profissionais a tarefa de buscar esta formação em outros locais. Segundo Brasil:

No cotidiano escolar, considerável parcela de profissionais da educação diz não perceber os conflitos e as discriminações raciais entre os próprios alunos e entre os professores e alunos. Por esse mesmo caminho, muitos também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação anti-discriminatória. (BRASIL, 2005, p.12).

E papel do educador manifestar-se e se mobilizar diante das violações dos direitos da criança, mas para isso é necessário um profundo conhecimento dos direitos garantidos na lei e um conhecimento de si próprio combatendo o racismo que existe dentro de cada um de nós de forma explícita ou não.

Neste sentido, é necessária a reflexão e discussão da temática étnico-racial ressaltando a importância da desconstrução do preconceito e da discriminação racial, e também, dos estereótipos e estigmas que são atribuídos à população negra no nosso país, bem como um planejamento escolar adequado no intuito de promover as relações de respeito e igualdade racial.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SINOP-MT

Devido à necessidade de qualificar as interações nos espaços infantis favorecendo na estruturação de atitudes e valores, a Lei 10.639/03 sugere trabalhar em torno na temática racial despertando na criança a mudança de comportamentos. Percebendo que a criança na infância constrói sua identidade a partir das ideologias constituídas pelo meio, porém dentro da temática racial, é preciso primeiramente romper com todo e qualquer aspecto discriminatório e de preconceito racial. Trazendo a realidade da desigualdade racial, sendo essa uma tarefa árdua, visto que nossa sociedade carrega em si marcas de uma sociedade excludente.

O diálogo que estabelecemos com nós mesmos e com o mundo exterior funciona como um guia da nossa construção social, influenciando na formação da nossa identidade pessoal e social, e determina também como os demais membros da sociedade nos enxergam e nos define. (SILVA, 2002, p.55).

A Lei 10.639/03 tem com objetivo de inserir obrigatoriamente o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas no currículo oficial de Educação Básica, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’, que foi resultado das discussões realizado pela III Conferência Mundial Contra o Racismo, a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

A implementação desta lei serve de reflexão para reaver a opressão sofrida pelo escravismo e suas marcas na modernidade.

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou. (BRASIL, 2002, p.67).

No Estado de Mato Grosso a povoação se deu a partir da migração de índios de várias etnias, pessoas de Minas Gerais e São Paulo, e negros africanos e mestiços, alguns desses livres e outros escravos. Podemos dizer que muito dos estigmas construídos a respeito dos negros em nosso Estado continuam até hoje, inclusive com o acréscimo feito a partir do olhar dos brancos.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), recenseamento de 2010, o município constava com uma população de 113 mil habitantes, os últimos dados quanto a população negra do município nesta contagem é referente a 48,65% pessoas brancas, 6,17% negra, e 43,93% de pessoas pardas.

A primeira imagem que se tem e que nos é passada está relacionada ao fato de nosso município ser colonizado basicamente por pessoas oriundas do sul do país, e desta maneira não existiria então a necessidade de se trabalhar e questão racial.

Porém, analisando o contexto social na formação da população Sinopense explicita a diversidade étnico-racial presente em nosso município, o que nos leva a pensar na necessidade da sociedade e da escola estarem buscando a construção e a valorização da identidade das diferentes origens existentes em nosso meio, valorizando as diferenças e singularidades de cada povo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como finalidade apresentar o resultado das vivências no âmbito de uma Creche Municipal do município de Sinop/MT. A escolha do local da pesquisa possibilitou observar atentamente as atividades diárias sem pudor por parte dos sujeitos da pesquisa, pois é o local onde trabalho desde 2009 como Técnica de Desenvolvimento Infantil.

Mas mesmo existindo estas dificuldades, pode-se perceber nas escolas algumas mudanças básicas, nos currículos e nos relacionamentos escolares em sala de aula. Percebe-se que desde a educação infantil aos cursos superiores, a educação, enquanto espaço de socialização e de instrução e de aquisição de conhecimentos, vem sendo cada vez mais democratizada e universalizada. (PEREIRA, 2005, p 53).

A presente pesquisa teve como sujeitos duas professoras e crianças de 1 a 5 anos. A escolha dos profissionais da escola se deu através das minhas observações nos trabalhos desenvolvidos por elas no dia a dia da creche, para preservar a identidade das professoras apresento nomes fictícios, sendo a professora Margarida, branca, graduada em pedagogia, e seu trabalho destacado por sempre verificar a relevância da cultura africana em seus trabalhos, outra professora que fez parte da pesquisa foi a professora Rosa, negra, muito dispostas e

criativa em sua prática pedagógica, sendo assim despertou-me a investigar as perspectivas das professoras quanto a temática racial.

Portanto, foi necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, a utilização de abordagens qualitativas seguida de entrevista semi-estruturada com professores e a observação das relações entre: aluno-aluno e professor-aluno, bem como o ambiente escolar e de sala de aula da escola pesquisada. Baseada nestes fatores buscou-se conhecer como acontece à implementação da Lei 10.639/03 na Educação Infantil do referido município.

Também se verificou a proposta curricular da creche pesquisada com a finalidade de perceber como a temática racial está proposta.

Porém, o que se observou é que nada consta sobre a temática racial, situação que foi justificada pela gestão da escola por aguardarem as alterações da Secretaria Municipal de Educação. Observe que a Lei existe desde 2003 e ainda aguarda-se encaminhamento para inserção da temática racial na proposta pedagógica da escola. A entrevista semi estruturada considerou que:

A entrevista expressa realidades sentimentos e cumplicidades que um instrumento com respostas estandardizadas poderia ocultar, evidenciando a infundada neutralidade científica daquele que pesquisa. O encontro com um interlocutor exterior ao universo social do entrevistado representa, em vários casos, a oportunidade de este ser ouvido e falar de questões sociais que lhe concernem diretamente. (ZAGO, 2003, p. 301).

Para maior aproximação do tema e criar maior familiaridade em relação ao fato ou fenômeno foi possível investigar a partir do estudo de caso. Segundo Ludke e André (1986) o estudo de caso é o estudo particular de um caso, seja simples e específico ou complexo e abstrato.

4 CONTEXTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

Apesar da existência Lei 10.639/03 e a iniciativa de alguns professores em trabalhar a temática racial na Educação Infantil, percebe que no contexto geral a dificuldade de inserir a temática racial no cotidiano escolar se torna um desafio. No município as ofertas de formação pedagógica no sentido de trabalhar o contexto racial foram praticamente escassas, sendo que no ano 2010, a Secretaria Municipal de Educação ofereceu dois cursos, porém faltou um número maior de procura pelos profissionais que atuam na educação. Por falta de mobilização ou por rejeição dos professores em estudar sobre a temática, enfim, a formação de professores não aconteceu de forma a subsidiar a implementação da Lei 10.639 nas escolas.

No ensino fundamental e médio é comum nos livros didáticos abordarem pontos mais ‘importantes’ para trabalhar com os alunos influenciando a um pensamento, principalmente nos livros de histórias, percebe que sempre tem os que se destacam os que elevam a importância, a exemplo o descobrimento do Brasil.

Ainda nos dias atuais a criança tem apenas noção do Pedro Álvares Cabral, sendo personagem principal na história, desmerecendo os outros que fizeram parte também desse período histórico. Para professora Margarida é muito difícil encontrar materiais referentes à questão racial na educação infantil. Segundo ela:

(01) Margarida: Tem alguns livros que trabalha, e também hoje em dia aparece na televisão alguns personagens atuando como empregada de motorista pode por ali ó, que o negro ele nunca é o famoso lá, que ele é o mocinho da novela é raro aparecer sempre o papel dele é secundário entendeu? Nos livros alguns textos trabalham o escravo, só geralmente trabalha quando chega à escravidão daí trabalha o negro, mas se não geralmente eles pões um desenhinho no livro só pra enfeitar os livros.

Analisando de um modo geral as visões que se tem do ensino principalmente do contexto histórico percebemos que a visão política e a grande parte da sociedade, preparam as pessoas para o convívio social, cercada por interesses políticos, mascarando e influenciando no pensamento, atitudes e visão de mundo assegurando a postura dominadora da classe que esta em processo de formação no meio social.

Os mecanismos intraescolares têm sido apontados como um dos responsáveis pelo fracasso e exclusão do aluno negro na escola. A avaliação, o conteúdo, o livro didático, a metodologia, o currículo e a prática pedagógica têm contribuído para as crianças negras terem autoconhecimento negativo, o que acaba interferindo no seu desempenho escolar. (ALEXANDRE, 2003, p.16)

Porém para a criança é preciso muito mais vivências ela precisa, não só a respeito da questão racial, mas também em relação a outras temáticas, pois a mediação do espaço pedagógico com relação à família é muito importante, propostas como palestras de orientações para a melhoria da convivência social. A professora Rosa revela que trabalha a autoestima em casa valorizando suas filhas:

(02) Rosa: Eu trabalho bastante essa questão com as crianças aqui em casa, tanto é você comentando, sobre os cartazes a pequenininha no dia da mulher, a professora dela falou assim, vamos procurar uma mulher parecida com a sua mãe, ela falou assim, a minha mãe é

bem petinha igual a mim, então ela chegou em casa contando, eu achei interessante né que ela se acha pretinha aí tem aquelas revistinha, que a gente compra aí um lado vem colorido, e outro lado pra eles pintarem, aí o braço normalmente rosinha que o pessoal fala, cor de pele, ela falou assim, mãe o braço da menina é rosinha, só que o meu é peto eu vou pintar de peto, eu quero parecido com o meu, eu vejo assim que elas se gostam né.

Atualmente vem-se discutindo sobre a má formação das universidades brasileiras e a cobrança da qualidade de ensino, porém estas discussões devem ser pautadas a partir da educação infantil, sendo assim a cobrança e a reflexão crítica não devem partir no momento que inicia uma faculdade e sim na primeira infância essa relação com o ambiente deve ser estreitado a fim de estabelecer uma relação a partir de toda trajetória escolar. Para professora Rosa:

(03) Rosa: O preconceito eu acho que nunca vai deixar de existir né, é até assim nem tanto pelas crianças, porque as criança não tem a malícia mas a forma com que eles ouvem os pais falarem aí muitas vezes a gente ouve por exemplo, ah aquele menino pretinho ali já fala tipo um descaso mesmo né a cor e tudo, mas assim acredito que na creche não sejam das crianças ainda o preconceito eles falam o que eles escutam, agora na escola já parte de um preconceito mesmo.

Sendo assim é possível perceber também a importância da família na contribuição de valores, sendo que os primeiros contatos e constituição de valores estão no berço familiar, sendo assim é possível repensar nas práticas não só limitando a um ambiente institucional, mas também em toda vivência social construído a partir da infância.

Portanto cabe a instituição criar estes laços com o intuito de possibilitar a família a reflexão da importância das atitudes em casa para caminhar junto o que se quer alcançar na instituição, tais intervenções devem ser elaboradas a fim de facilitar o trabalho educativo.

5 CONCLUSÃO

Diante dos dados pesquisados percebe-se que tais transformações devem ocorrer dando subsídios para que a criança se reconheça dentro do contexto social, além disso, sabe-se que o padrão social é estipulado culturalmente, portanto há essa necessidade de fazer com que a criança negra também se reconheça dentro desses padrões.

Portanto, os resultados mostram que a formação de professores necessita um olhar mais atento em relação à promoção de estratégias capazes de inserir no cotidiano da criança a questão da cultura africana.

Tais desafios se tornam um processo de mudança, refletindo novas perspectivas e olhares mais atentos, porém verifica também a importância de continuar o trabalho no município devido a carência sobre abordagem da temática.

E durante as minhas observações no dia a dia da creche pude notar que as crianças de 01 a 03 não demonstram qualquer tipo de preconceito. Elas brincam, abraçam, conversam um com a outra independente da origem, demonstrando desta forma que o preconceito é socialmente construído, que a criança não nasce com preconceito ele é construído pelo homem ao longo da história. A família também é importante neste processo de aquisição do conhecimento, portanto seria interessante que as instituições promovessem palestras, debates, diálogos entre as duas partes como forma de intervenção para que as crianças não desenvolvam o preconceito e desta forma existam mudanças significativas e rápidas na educação e na sociedade brasileira.

Sendo assim é possível pensar em uma sociedade mais justa onde imposições de padrões serão rejeitados dando liberdade a autonomia crítica de o sujeito repensar na igualdade, percebendo que a cor não diferencia ninguém.

IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY 10.639/03: educación de las relaciones étnico-raciales en la educación infantil pública de Sinop-MT

RESUMEN¹

El tema de este artículo fue sobre la implementación de la Ley Federal 10.639/03. Con el objetivo de verificar como se realiza la inserción de esa ley en los espacios de la Educación Infantil del municipio de Sinop-MT. Para ello se escogió la Guardería Jardín de las Palmeiras. La investigación tuvo como sustentación metodológica una entrevista con profesores y observaciones con niños de 01 a 05 años, teniendo como base el estudio de caso seguido del abordaje cualitativo. Los análisis de las observaciones y entrevistas permitió percibir diferentes miradas sobre la temática, percibiendo algunas limitaciones referentes al trabajo en el contexto racial, la falta de conocimiento de los profesores y la necesidad de oferta para una formación continuada en relación a la temática.

¹ Tradução pela professora Maria de Lourdes Alves Bedendi (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

Palabras clave: Educación. Educación Infantil. Ley 10.639/03. Profesores. Estudio de caso.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações Raciais:** um estudo com alunos, pais e professores. Cuiabá: Ed. UFMT 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** vol. 1 Brasília: Parma, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista:** Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Brasília: SECAD, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis : Vozes, 2002.

ZAGO, Nadir. **Itinerários da pesquisa:** perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.